

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2017, concedida ao Poder Executivo, nos termos do Edital nº 039/2017-L, para cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), realizada na Sala das Sessões “Dr. Júlio Arantes de Freitas”, aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete. Presentes à Audiência Pública os Vereadores Mauro Salvador Sgueglia de Góes – Presidente da Comissão, Israel Francisco de Oliveira – Vice Presidente da Comissão, os Vereador Alacir Raysel, Etelvino Nogueira e José Alexandre Pierroni Dias. Presentes também a Diretora do Departamento de Finanças Sra. Carla Rogéria Agostinho e o Servidor Público, Sr. Marcos Adriano Cantero, os servidores desta Câmara Municipal, Sra. Madeli de Fátima Figueira, Assessora Técnica Legislativa; e Scarlat Janaina Barbosa Varanda, Chefe de Expediente Legislativo. O Presidente declarou aberta a Audiência dando início aos trabalhos **14 horas e 46 minutos**, convidando para tomar assento no Plenário, a Diretora do Departamento de Finanças da Prefeitura Sra. Carla Rogéria Agostinho. Após compor a Mesa para os trabalhos o Presidente da Comissão esclareceu aos presentes que a Audiência Pública foi concedida para a demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2017 à Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade e convidou a Senhora Carla para explanar sobre as contas e resultados. Dando início a prestação de contas, a Sra. Carla expõe que Receita inicialmente prevista era de R\$ 261.054.200,00 para o exercício, para o quadrimestre a previsão de arrecadação estava estimada em R\$ 92.097.200,06, no entanto os Resultados acumulados até o quadrimestre alcançaram R\$ 87.916.043,45 de Receita Realizada, resultando um déficit de arrecadação comparado com o previsto, de R\$ 4.181.156,61. O resultado do período, no entanto, apresentou-se positivo; R\$ 2.372.689,56 que é a diferença entre a receita realizada e o total das Despesas Empenhadas, que somaram R\$ 85.543.353,89. O total da despesa liquidada acumulada foi de R\$ 63.029.026,24. O total da Receita Corrente Líquida Acumulada apresentada foi de R\$ 216.655.045,33 que é a base de cálculo para se determinar o percentual aplicado nas despesas com pessoal. O resultado da Variação Patrimonial obteve resultado positivo. O total de gasto com pessoal no período foi de R\$ 105.239.460,98. Quanto ao Fundo de Seguridade a Receita realizada acumulada no ano foi de R\$ 7.284.348,29, contra uma despesa empenhada de R\$ 3.605.643,85 e liquidada de R\$ 3.586.554,29 gerando um resultado positivo de R\$ 3.678.704,44 em relação às despesas empenhadas. A Diretora esclareceu também que a Despesa Total com Pessoal foi de 48,57% portanto, abaixo do limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 54%. Quanto às aplicações constitucionais, foi aplicado no quadrimestre, em educação 29,82% em relação ao empenhado; 24,12% em relação ao liquidado e 23,58% em relação ao total da despesa paga. Em relação à Saúde, as aplicações constitucionais somaram no quadrimestre, 22,94% em relação ao empenhado; 19,55% em relação ao liquidado e 19,32% em relação ao total da despesa paga. Os Restos a Pagar, entre processados e não processados apresentaram saldo no período de R\$ 9.323.600,00. Feita a explanação e apresentados os Relatórios de Gestão Fiscal, conforme determina os artigos 54 e 55 da Lei 101/2000 e respondidas as questões formuladas pelos presentes, o Presidente da Comissão registrou o fato de não ter havido questões formuladas por escrito pelos munícipes presentes e, em seguida, agradeceu a presença de todos e declarou cumprida pelo Poder Executivo Municipal as disposições da Lei

Complementar nº 101/2000. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente encerrou Sessão de Audiência Pública, às **15 horas e 35 minutos**. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada pelos Vereadores designados para conduzir os trabalhos.....
.....

MAURO SALVADOR SGUEGLIA DE GÓES

Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ISRAEL FRANCISCO DE OLIVEIRA

Vice- Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2016, concedida ao Poder Executivo, nos termos do Edital nº 36/2012-L, para cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), realizada na Sala das Sessões “Dr. Júlio Arantes de Freitas”, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis. Presentes à Audiência Pública os Vereadores Luiz Gonzaga de Jesus – Vice- Presidente da Comissão e José Antonio de Barros – Secretário da Comissão e Vereador Alacir Raysel. Presentes também a Diretora do Departamento de Finanças, a Chefe de Orçamento e Contabilidade, Sra. Ronise Helena Sanchez de Oliveira os servidores desta Câmara Municipal, Sra. Madeli de Fátima Figueira, Assessora Técnica Legislativa; e Scarlat Janaina Barbosa Varanda, Chefe de Expediente Legislativo. Ausentes os Vereadores Membros da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade: Rodrigo Nunes de Oliveira – Presidente. O Secretário no exercício da Presidência José Antonio de Barros nomeou como Secretário *Ad Hoc* da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o Vereador Luiz Gonzaga de Jesus para que pudessem conduzir a Audiência Pública. O Presidente declarou aberta a Audiência dando início aos trabalhos **15 horas e 19 minutos**, convidando para tomar assento no Plenário, a Diretora de Departamento de Finanças da Prefeitura Sra. Ronise Helena Sanchez de Oliveira, após compor a Mesa para os trabalhos o Secretário *Ad Hoc* da Comissão esclareceu aos presentes que a Audiência Pública foi concedida para a demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2016 à Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade e convidou a Senhora Sra. Ronise Helena Sanchez de Oliveira para explanar sobre as contas e resultados, foi então apresentado os Resultados do Quadrimestre: A receita realizada somou R\$ 87.997.256,88, resultando um pequeno excesso de arrecadação de 2.970.823,55 quando comparado com o previsto inicialmente de R\$ 85.026.333,33. O resultado do período, no entanto, apresentou-se negativo em R\$ - 101.169.584,86 que é a diferença entre a receita realizada e o total das Despesas Empenhadas, que somaram R\$ 189.166.841,74. O total da despesa liquidada acumulada foi de R\$ 71.465.430,52. Para o resultado do período se for considerada a despesa liquidada, o mesmo apresenta-se positivo em R\$ 16.511.826,36. O total da Receita Corrente Líquida Acumulada apresentada foi de R\$ 219.466.216,21 que é a base de cálculo para se determinar o percentual aplicado nas despesas com pessoal. O resultado da Variação Patrimonial obteve resultado positivo. O total de gasto com pessoal no período foi de R\$ 108.074.429,74. A Receita realizada acumulada no ano, do Fundo de Seguridade foi de R\$ 8.053.786,60 contra uma despesa empenhada de R\$ 3.425.067,11 e liquidada de R\$ 3.178.870,81 gerando um resultado

positivo de R\$ 4.201.266,23 em relação às despesas empenhadas. A Diretora esclareceu também que a Despesa Total com Pessoal foi de 49,24% portanto, abaixo do limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 54% e que, na nova sistemática dos quadros utilizados não há informação quanto à disponibilidade de caixa. Apresentou os Relatórios de Gestão Fiscal, conforme determina os artigos 54 e 55 da mencionada Lei. Feita a apresentação e respondidas as questões formuladas pelos presentes o Presidente da Comissão registrou o fato de não ter havido questões formuladas por escrito pelos munícipes presentes e, em seguida, agradeceu a presença de todos e declarou cumprida pelo Poder Executivo Municipal as disposições da Lei Complementar nº 101/2000. Nada mais havendo a ser tratado o Secretário *Ad Hoc* encerrou Sessão de Audiência Pública, às **15 horas e 30 minutos**. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada pelos Vereadores designados para conduzir os trabalhos.....
.....
.....

JOSÉ ANTONIO DE BARROS

Presidente em exercício da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

LUIZ GONZAGA DE JESUS

Secretário *Ad Hoc* da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade